



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



DIÁLOGOS ENTRE FEMINISMO E MARXISMO
NAS PÁGINAS DA IMPRENSA ALTERNATIVA BRASILEIRA (1975-1980)¹

Daniela Chain Vieira²

Resumo: Esta comunicação terá o objetivo de analisar os diálogos existentes entre feminismo e marxismo nas páginas dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, representantes da imprensa alternativa no período da ditadura militar. Os jornais feministas eram produzidos por grupos de mulheres militantes que integravam (ou haviam integrado) os diversos grupos de esquerda atuantes na sociedade brasileira, muitas delas tendo participado da luta armada nos anos anteriores. Isso impactou fortemente a ideia de feminismo que elas estavam formulando. É possível perceber isso através dos editoriais e das matérias que tomavam as páginas das duas publicações. As pautas principais eram as questões que envolviam as mulheres no mundo do trabalho, assim como o público-alvo era a mulher trabalhadora. Dessa forma, os conteúdos em destaque abordavam as questões das mulheres trabalhadoras, operárias, do campo, de serviços, e tratavam com centralidade o trabalho doméstico e as questões que envolvem a reprodução social. Além de lutas sociais mais amplas que atravessavam a sociedade como as lutas contra a carestia, contra a opressão dos povos marginalizados, pelos direitos políticos e pelos serviços públicos, e a campanha pela anistia. Esse trabalho buscará analisar os diálogos entre marxismo e o discurso feminista que foi sendo construído nas páginas dos jornais, através de seu conteúdo, além de problematizar o lugar das pautas das mulheres negras nas duas publicações.

Palavras-chaves: Imprensa alternativa, feminismo, marxismo, resistência democrática, movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

A década de 1970 é, reconhecidamente, um período em que os movimentos feministas das várias partes do Ocidente estiveram em posição destacada e combativa no âmbito da política e da produção intelectual. Essa agitação foi tão expressiva que a Organização das Nações Unidas decretou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e, posteriormente, a década de 1975 a 1985 como a Década da Mulher. Isso significou, em alguns casos, como o do Brasil, uma maior abertura para a discussão dos temas que envolviam as diversas lutas das mulheres no país,

¹ Este trabalho é um resultado parcial da pesquisa financiada pelo CNPq e desenvolvida pela autora no PPGH da UFF desde o ano de 2019.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, danichain@gmail.com.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



justamente em um momento no qual diversas tentativas de debate crítico eram sufocadas pela política ditatorial do regime militar.

Como resultado das articulações das feministas brasileiras, em torno das atividades do ano internacional, começaram a surgir várias organizações com o objetivo de conscientizar a população sobre a “condição da mulher” (PEDRO, 2013), como o Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro, e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), em São Paulo. Também foi nesse contexto que foi criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e que surgiram os dois primeiros jornais feministas da imprensa alternativa³: o *Brasil Mulher*, em 1975, e o *Nós Mulheres*, em 1976.

As mulheres responsáveis pela publicação dos dois jornais eram, no geral, militantes ou ex-militantes de organizações de esquerda, assim como a maioria dos grupos feministas desse período. Muitas tinham integrado, nos anos anteriores, grupos da esquerda revolucionária⁴, como PCdoB⁵, APML⁶ e MR-8⁷, no caso de *Brasil Mulher*. Já as integrantes de *Nós Mulheres*, ainda que Maria Moraes (2017a, p. 171) tenha afirmado que elas estavam, no geral, distantes da militância política organizada, elas haviam integrado, no exílio na França, o grupo *Debate*, que reunia militantes dissidentes de organizações como VPR⁸, VAR-Palmares⁹ e PCB¹⁰ (LEITE, 2003, p. 235-236; PEDRO, 2006, p. 268). Segundo Maria Paula Araujo (2000, p. 29-30), ambos os jornais expressavam uma concepção alternativa de política – que valorizava a subjetividade e as relações pessoais – e procuravam articular a militância socialista com a militância feminista, sem secundarizar a última.

Uma vez que a linguagem marxista era, nesse período, a tônica dos discursos das esquerdas, como principal instrumento teórico de análise (RAGO, 1995) no campo da política de

³ Compreendia uma série de jornais que tiveram como elemento unificador seu caráter de oposição ao regime militar. Segundo Maria Paula Araújo (2000), essas publicações tinham, geralmente, tiragem incerta, circulação restrita e seu formato era tabloide ou mini-tabloide. Eles apresentavam uma posição política de esquerda e, dentre suas pautas editoriais, estavam a crítica à ditadura e as denúncias da arbitrariedade e das violações dos direitos humanos.

⁴ Aqui estou chamando de esquerda revolucionária o conjunto de organizações que aderiram à luta armada como meio de resistir à ditadura militar e de buscar a realização de uma revolução socialista.

⁵ Partido Comunista do Brasil.

⁶ Ação Popular Marxista-Leninista.

⁷ Movimento Revolucionário 8 de outubro.

⁸ Vanguarda Popular Revolucionária.

⁹ Vanguarda Armada Revolucionária Palmares.

¹⁰ Partido Comunista Brasileiro. Este fazia parte da esquerda reformista nessa época, ou seja, o conjunto de organizações que defendiam a via pacífica e institucional para a conquista de transformações sociais por intermédio de reformas estruturais. Nesse contexto, são considerados principalmente os partidos comunistas ortodoxos, que defendiam, seguindo as diretrizes de Moscou, a necessidade da etapa democrático-burguesa para se alcançar o socialismo (ARAUJO M., 2000).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



oposição ao regime, os movimentos feministas brasileiros – bem como outros movimentos de “novo tipo”¹¹ – buscaram articular os conceitos e o método de análise marxistas às questões das mulheres. O objetivo deste trabalho é, nesse sentido, observar alguns dos resultados desse esforço tomado pelas feministas responsáveis pela publicação de *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

OS JORNAIS

O *Brasil Mulher* foi inicialmente editado em Londrina, pela jornalista Joana Lopes, e, a partir do segundo número, em São Paulo (PEDRO, 2006, p. 256). Teve dezesseis edições regulares bimestrais e mais quatro extras, alcançando uma tiragem média de 5 mil exemplares, as vezes chegando a 10 mil (LEITE, 2003, p. 235-237). De acordo com Elizabeth Cardoso (2004, p. 19), esse jornal trazia “a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda”. No início, teve dificuldade de se assumir feminista, fazendo-o apenas a partir do número dois e teve, até o fim, a necessidade de sempre afirmar que a luta da mulher passa pela luta para a construção de uma sociedade mais justa (CARDOSO, 2004, p. 19).

O *Nós Mulheres*, por sua vez, é criado, em 1976, por algumas feministas que haviam retornado do exílio na França. Era um grupo de cerca de vinte jovens mulheres, em sua maioria oriundas das classes médias, estudantes universitárias (algumas militantes do movimento estudantil), sociólogas e profissionais liberais (MORAES, 2017a, p. 66). Desde o primeiro editorial se autodefiniram feministas dentro de uma perspectiva classista (COSTA, 2010, p. 181). Segundo Rosalina Leite (2003, p. 239), o jornal inovou principalmente ao utilizar uma linguagem afetiva e pessoal, que revelava intimidade, o que podemos perceber na própria escolha do nome (no plural da primeira pessoa) e nos editoriais em geral.

Ao menos três integrantes desses jornais vieram a escrever sobre a experiência da imprensa feminista desse período. Rosalina Leite e Amelinha Teles (2013), que participaram do *Brasil Mulher*, e Maria Lygia Quartim de Moraes (2012; 2017a), ex-integrante do *Nós Mulheres*. Nesses trabalhos, elas se propõem a analisar as trajetórias das duas publicações, e não apenas sobre o jornal que ajudaram a construir. É evidente, como esperado, que as percepções que elas têm e expressam sobre os dois jornais nem sempre estão de acordo entre si. É possível perceber

¹¹ A historiadora Maria Paula Araújo (2000, p. 18) define movimentos como o feminista, o novo movimento negro e o movimento “gay”, que ganharam um novo fôlego a partir de 1968, como movimentos “de novo tipo”. É sobretudo a partir da atuação desses movimentos que se incorporaram “novas ideias e novas práticas”, uma vez que eles traziam questões diferentes e buscavam construir um novo conceito de política, pautado principalmente na valorização das subjetividades e na afirmação das experiências particulares de vida.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



um favoritismo – compreensível – pelo jornal do qual elas participaram. Mas, no geral, apesar de divergências em algumas avaliações, elas abordam a trajetória do outro grupo com respeito e buscam analisar também criticamente a atuação de seu próprio grupo¹².

Há, entretanto, muitos pontos levantados que parecem apresentar concordância entre as três autoras sobre essa experiência da imprensa feminista naquele período. Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2017a, p. 171-172), os dois jornais tinham uma afinidade incontestável no que diz respeito a uma tomada de posição anticapitalista e de luta contra a ditadura, o que também é afirmado por Teles e Leite (2013, p. 280). Reiteram que as militantes dos dois grupos atuavam de maneira muito próxima aos “grupos de base” dos movimentos de mulheres (como Associações de Donas de Casa, Movimento pelo Custo de Vida, Movimento Feminino pela Anistia, e outros grupos femininos) e que tinham atividade importante na construção das reuniões e congressos que buscavam uma atuação unificada dos grupos femininos/feministas (como as reuniões de construção das comemorações do 8 de março em São Paulo, os Congressos da Mulher Paulista, entre outros). Além disso, elas também concordam que ambas as publicações defendiam um feminismo comprometido com a luta de classes e que tinham como eixo a matriz teórica marxista (MORAES, 2012, p. 118; TELES, LEITE, 2013, p. 278). Nesse sentido, a análise dos diálogos entre marxismo e feminismo expressos nas páginas desses periódicos se mostra fundamental para a compreensão do discurso feminista brasileiro que se construía – coletivamente – nos anos 1970.

O MARXISMO COMO INSPIRAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A socióloga Clara Araújo (2000), nos ajuda a refletir um pouco sobre algumas contribuições incontestáveis do marxismo ao feminismo. Segundo ela, a utilização do materialismo histórico como método de análise “permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados” (ARAÚJO, C., 2000, p. 65). Nesse sentido, podemos perceber a importância de tal perspectiva para escapar do essencialismo que normalmente domina a percepção sobre o lugar subalterno da mulher na sociedade, negando a explicação de que essa desigualdade se daria por razões da natureza. Essa é uma questão importante para o feminismo – assim como o é para o marxismo – pois, uma vez que se desnaturalizam práticas (e papéis)

¹² Uma importante autocrítica sobre a atuação do *Nós Mulheres* está presente no trabalho de Maria Moraes (2017^a, p. 69-70), sobre o “didatismo preconceituoso” presente na ideia de “conscientizar” a massa de mulheres trabalhadoras.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



sociais, instituições e valores e passa-se a enxergá-los como constructos históricos, é possível entendê-los também como sendo coisas mutáveis. E compreender a realidade como uma construção social, cultural e histórica e, portanto, variável é fundamental para uma filosofia política que tem como horizonte a transformação.

Outra contribuição do marxismo ao feminismo, destacada por Clara Araújo (2000), é a interpretação da economia política. Se por um lado é importante ressaltar que Marx (2013) praticamente ignorou as questões de gênero na análise sobre produção e reprodução em sua principal obra, *O capital*; por outro,

Suas análises sobre a acumulação capitalista e a criação de valor deram também às feministas (...) ferramentas poderosas para repensar tanto as formas específicas de exploração a que as mulheres foram submetidas na sociedade capitalista quanto a relação entre sexo, raça e classe. (FEDERICI, 2017, p. 85).

Segundo Federici (2017), a maior omissão de Marx no tocante à questão de gênero, em especial em *O capital* (2013), é no que se refere ao trabalho doméstico e de reprodução social. O autor, segundo ela, simplesmente ignora o fato de que esse trabalho é feito, sem nenhuma remuneração, pelas mulheres:

Não há uma discussão a esse respeito em sua análise sobre a divisão social do trabalho, onde ele afirma apenas que a divisão do trabalho na família tem uma base fisiológica. Mais surpreendente é o seu silêncio sobre o trabalho doméstico das mulheres em sua análise da reprodução da força de trabalho em seu capítulo “Reprodução Simples”. (FEDERICI, 2017, p. 95)

Quer dizer, Marx não levanta as questões de gênero nem mesmo onde elas são mais esperadas (FEDERICI, 2017, p. 90), como na análise sobre a reprodução da mão de obra ou sobre a forma como o salário dos trabalhadores é calculado. Em sua análise sobre a reprodução, ele a aborda como sendo um crescimento natural, guiado pelo instinto de perpetuação da espécie (FEDERICI, 2017, p. 97). No caso do salário pago ao trabalhador, Marx (2013, p. 245-247) postula, que este é determinado pelos trabalhos anteriores que o mantém válido enquanto força de trabalho – ou seja, vivo, com saúde e apto a trabalhar. Ele está dizendo nas entrelinhas da importância do trabalho doméstico na manutenção do viver, posto que não é só de casa, comida, sapatos e roupas que um trabalhador precisa, é necessário que alguém limpe, cozinhe, lave e passe. Se, como ele declara, o salário incorpora o valor que é gasto com a procriação, para que se reponha a força de trabalho, deve-se dizer que os trabalhos de gestação e de cuidado/criação dos filhos são fundamentais para a manutenção do sistema de produção capitalista. No entanto, Marx



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



não identifica ou não parece achar relevante o fato de que esses trabalhos são feitos pelas mulheres e sem nenhuma remuneração ou reconhecimento, “pelo contrário, ele insiste em retratar o assalariado como um reproduzidor de si mesmo” (FEDERICI, 2017, p. 96) e parece compreender essas funções como “naturais” às mulheres. A crítica de Federici (2017, p. 99-100) sobre essa omissão é elementar:

Sim, um teórico tão poderoso e historicamente orientado como Marx deveria ter percebido que o trabalho doméstico, apesar de ter *aparecido* como uma atividade do passado, que satisfazia puramente “necessidades naturais”, sua forma era na realidade uma forma de trabalho historicamente específica, produto da separação entre produção e reprodução, trabalho remunerado e não remunerado, que nunca existiram em sociedades pré-capitalistas ou sociedades não reguladas pela lei do valor de troca.

Destarte, a autora lembra que em sociedades anteriores os trabalhos de produção e reprodução não eram separados – visto que eram feitos ora de maneira coletiva, ora de maneira privada dentro da família – e chama a atenção para o fato de que o capitalismo não só realizou essa separação, como subordinou as atividades domésticas reprodutivas às atividades produtivas da força de trabalho – estas, vistas por Marx, sobretudo como trabalho industrial. Assim,

consequentemente, o trabalho não remunerado que os capitalistas extraem dos trabalhadores é muito mais conspícuo do que o extraído durante a jornada de trabalho remunerado, pois inclui as tarefas domésticas não remuneradas das mulheres, reduzidas inclusive a um mínimo. (FEDERICI, 2017, p. 100).

Não obstante tais lacunas escandalosas presentes na obra de Marx, as feministas marxistas encontraram nela ferramentas importantes para a compreensão da opressão das mulheres dentro da sociedade de classes, tanto no que diz respeito à posição subalterna que ocupa na esfera produtiva, como trabalhadora assalariada, quanto às atividades desvalorizadas que executa na esfera familiar, enquanto dona de casa e mãe. Assim, foram responsáveis por analisar mais profundamente o lugar do trabalho doméstico e de reprodução na esfera da produção capitalista, bem como o de outras dimensões da subordinação das mulheres.

“A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO” E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

A obra de Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2012), tem sido a grande referência para uma análise marxista da supremacia masculina. Escrita



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



em 1884, ela é uma tentativa de vincular a origem da opressão das mulheres ao surgimento da propriedade privada. Segundo Engels, na sociedade primitiva, ainda que já houvesse uma divisão sexual do trabalho – na qual as mulheres se responsabilizavam pela criação dos filhos e pela economia doméstica –, isso não implicava na opressão das mulheres. Pelo contrário, Engels (2012, p. 68) afirma que elas eram não só livres como, também, muito consideradas. A mulher teria começado a ser desvalorizada quando a família passou a basear-se na apropriação privada da propriedade, que antes era comunal; na sua organização através das linhagens paternas, anteriormente maternas; e em matrimônios monogâmicos, antes realizados por grupos (ENGELS, 2012, *passim*).

No centro das explicações para essas transformações está o desenvolvimento das forças produtivas¹³ e, conseqüentemente, a produção de excedente, uma vez que se passou a produzir além do necessário para suprir as necessidades materiais imediatas da sociedade. Como na origem das sociedades, a natureza da mulher, em especial sua capacidade reprodutiva – gestação e amamentação –, a teria deixado mais alheia às tarefas mais “relevantes” da produção das condições de sobrevivência – como a caça –, a luta pela posse dos bens acumulados teria terminado com a vitória dos homens, que detiveram o poder econômico. Não podendo deixar sua propriedade para seus filhos, pois a linhagem era materna – e o direito de herança vinculado a ela – os homens, detentores das riquezas, transformaram a configuração familiar e de herança, instaurando a linhagem paterna – e inaugurando a família patriarcal (ENGELS, 2012, p. 78). É nesse processo que se percebe a normatização da monogamia – para as mulheres –: “Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito” (ENGELS, 2012, p. 79). Engels (2012, p. 77) atribui a essa passagem a causa da subordinação das mulheres:

O desmoronamento do direito materno foi a *grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação.

Por conseqüência, o aparecimento da propriedade privada e o seu domínio masculino teria implicado em uma separação entre os mundos da mulher (o lar) e do homem (a produção),

¹³ Segundo Engels (2012, p. 75) a produção do excedente se deu por inovações tecnológicas como a domesticação dos animais, a elaboração dos metais e a agricultura.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



enquanto a divisão do trabalho entre os sexos tomou um significado social: “À medida que o ciclo doméstico diminuía de importância, o mesmo acontecia com o papel das mulheres” (ZARETSKY, 1976, p.108). O trabalho feminino, “que em sociedades primitivas aparecia como socialmente necessário, vai se transformar, nas sociedades mercantis, em trabalho doméstico” (MORAES, 2017b, p. 27).

As feministas marxistas brasileiras dos anos 1970, na maioria das vezes, construíram análises sobre a condição da mulher e sobre a origem de sua opressão nas sociedades a partir da leitura de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels, seja para concordar com ele ou para questioná-lo. Na edição número 3 do jornal *Nós Mulheres*, de 1976, é possível perceber nitidamente a presença dessa influência na seguinte passagem retirada de uma matéria que aborda a origem da desigualdade e da submissão feminina:

Num longo processo histórico, que se perde no tempo, a comunidade humana foi aos poucos produzindo mais do que aquilo que necessitava para sobreviver. Alimentos, armas e ferramentas foram sendo acumulados, transformando-se em riquezas. E parece começar aqui a necessidade da mulher ser “aprisionada”: para que se pudesse garantir a paternidade, garantindo-se dessa forma o herdeiro. A questão da opressão da mulher parece estar ligada, assim, a seu papel na continuação da espécie. Ela passou a ser considerada o meio através do qual se obtém a criança, herdeiro das riquezas acumuladas e, ao mesmo tempo, a mão-de-obra futura que dará continuidade ao processo de acumulação de riqueza. Essa parece ser uma das razões porque a mulher tem sido, historicamente, impedida de participar da vida política da comunidade.¹⁴

O historiador Eli Zaretsky (1976, p. 109) reconhece o mérito da obra de Engels em ligar a família e a opressão das mulheres à organização econômica da sociedade. Por outro lado, ele aponta uma série de equívocos presentes em sua análise, sendo o principal deles a vinculação da opressão feminina à propriedade privada de maneira deshistoricizada:

A principal fraqueza teórica do livro está em ligar a opressão das mulheres à propriedade privada em geral, sem qualquer tentativa para indicar que tanto a propriedade privada como a opressão das mulheres têm significados diferentes em modos diversos de produção. (ZARETSKY, 1976, p. 109).

Dessa forma, ele critica o fato de que Engels não levou em consideração as formas diferentes como se articulam a propriedade privada e a supremacia masculina em cada sociedade e em cada época. Similarmente, ele não conseguiu especificar o lugar das mulheres e do trabalho

¹⁴ MEMÓRIA. *Nós Mulheres*. São Paulo, n. 3, nov./dez. de 1976, p. 11.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



delas dentro de casa em relação à produção capitalista (ZARETSKY, 1976, p. 110). Segundo o historiador, em sua análise sobre a família, Engels não desafiou a base natural/biológica da mesma e da divisão sexual do trabalho e, além disso, ele reforçou a compreensão da produção como produção de excedentes, e de trabalho como trabalho assalariado. Sendo assim, o trabalho das mulheres dentro de casa não seria considerado trabalho pois não é remunerado e tampouco seria considerado produtivo, pois não produz valor excedente.

Ademais, a consequência óbvia desse argumento de que a opressão das mulheres se origina na propriedade privada e no isolamento das mulheres do trabalho produtivo é de que basta abolir a propriedade privada e incorporar as mulheres à produção para acabar com a desigualdade de gênero – algo que já se provou insuficiente se consideramos a permanência da opressão das mulheres mesmo após ampla inserção no mercado produtivo ou em sociedades pós-capitalistas¹⁵. Essa não era, contudo, uma opinião partilhada pelas feministas marxistas brasileiras dos anos 1970 – ou, ao menos por parte delas –, como indica a seguinte passagem de um comunicado conjunto de *Brasil Mulher e Nós Mulheres*:

Apesar das importantes modificações que o trabalho da mulher fora de casa traz, tais como maior contato com outras pessoas e com os problemas mais gerais e coletivos, ela continuou sofrendo discriminações, seja no salário mais baixo que o dos homens pelo mesmo serviço, seja no tipo de trabalho em que é levada a trabalhar em função ditas femininas e auxiliares, como as de professoras, enfermeiras, empregadas domésticas, etc.

Uma das consequências mais importantes desta discriminação salarial e cultural é manter um exército de mão-de-obra barata e disponível¹⁶

De maneira diferente da de Engels, Zaretsky buscou, em *O capitalismo, a família e a vida privada* (1976), compreender a família como algo mutável e como parte integrante da organização da produção. Ele afirma que a família, no capitalismo primitivo, era a “unidade básica de produção”, já que era dentro de seu domínio que se realizava a produção material necessária para a vida, bem como a produção de excedente. Em consequência, o trabalho doméstico era, nitidamente, parte integrante da produção. Com o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, o processo produtivo foi sendo socializado. Isto é, o trabalho foi sendo

¹⁵ Saffioti (2013, p. 104) expõe o exemplo sobre a permanência da desigualdade de remuneração entre homens e mulher na URSS: “Mesmo na União Soviética, único país em que a paridade absoluta entre a remuneração do homem e da mulher foi atingida, havia ainda, no período de 1920 a 1930, diferenças salariais, embora reduzidas”.

¹⁶ COMUNICADO conjunto dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. *Brasil Mulher*. São Paulo, ed. Extra, ano 2, abr. de 1977, p. 2.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



retirado da esfera privada familiar e levado, primeiramente às unidades corporativas em larga-escala e, posteriormente, às fábricas. Desse modo,

Com o crescimento da indústria, o capitalismo 'dividiu' a produção material entre as suas formas socializadas (a esfera da produção de comodidades) e o trabalho privado levado a efeito predominantemente pelas mulheres, dentro de casa. Nesta fórmula, a supremacia masculina, que era muito anterior ao capitalismo, tornou-se parte institucional do sistema capitalista de produção. (ZARETSKY, 1976, p. 32)

Sendo assim, diferentemente de Engels e de muitos marxistas depois dele, Zaretsky não entendeu a supremacia masculina como tendo surgido com a propriedade privada ou com a transição para o capitalismo. Ele reconheceu que esta remontava um período anterior, mas, simultaneamente, apontou como o advento do capitalismo deu um novo significado à essa relação desigual. “Muito embora as donas de casa e mães continuassem as suas tarefas tradicionais de produção”, ele disse, como o trabalho doméstico e de criação dos filhos, “o seu trabalho era desvalorizado através do seu isolamento da produção socializada de valor excedente” (ZARETSKY, 1976, p. 35).

Eli Zaretsky faz críticas muito importantes à forma como os socialistas têm historicamente lidado com a questão feminina. Uma delas, que julgo especialmente importante, é a crítica à concepção de economia que se restringe à esfera da produção e da circulação de mercadorias. Essa concepção de economia, segundo ele, “exclui a atividade dentro da família”, levada a cabo pelas donas de casa e mães, e, desse modo, “uma luta política levada a efeito por ‘classes econômicas’ excluiria as mulheres, exceto no seu papel de trabalhadoras pagas” (ZARETSKY, 1976, p. 26). A transformação ocorrida com a socialização da produção teria obscurecido o lugar da dona de casa dentro das relações capitalistas: a sua posição de classe passou a ser a “desclassificação” (ZARETSKY, 1976, p. 94-95). Isso implicou na incapacidade dos socialistas em compreenderem a opressão específica das mulheres e os levou a acreditarem que o primeiro e mais importante passo para a emancipação das mulheres seria a sua entrada no mercado de trabalho assalariado.

Tanto August Bebel e Clara Zetkin, quanto Marx e Engels pensaram dessa maneira. Segundo a filósofa Silvia Federici (2017, p. 92), Marx enxergava a indústria moderna como uma força emancipadora e uma condição para a libertação humana. Assim, acreditava que, com o tempo, esse processo de desenvolvimento industrial e tecnológico promoveria a igualdade, inclusive entre os gêneros. Essa ideia é refutada por Federici (2017, p. 94), já que “após dois



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



séculos de industrialização, podemos ver que, enquanto o fim do capitalismo não está à vista, a igualdade no âmbito do trabalho tem sido um produto das lutas das mulheres e não um presente de máquinas”.

Segundo Ana de Miguel Álvarez (2014), seria Alexandra Kollontai¹⁷ quem teria articulado de forma mais racional e sistemática os pensamentos feminista e marxista. Ela destaca como a feminista revolucionária russa pensou a especificidade da condição da mulher trabalhadora:

Kollontai não se limita a incluir as mulheres na revolução socialista, mas pensa e teoriza o tipo de revolução de que as mulheres precisam para romper séculos de servidão material e espiritual e ter acesso à igualdade. A abolição da propriedade privada e a incorporação das mulheres na produção não é suficiente; é necessária uma revolução na vida cotidiana e nos costumes, forjando uma nova concepção de mundo e, principalmente, construindo uma nova relação entre os sexos. Sem essas mudanças, aquelas que contribuem para a emancipação efetiva das mulheres, não será possível falar de uma revolução socialista, por mais que o proletariado tenha conquistado o poder político. (ÁLVAREZ, 2014, Locais do Kindle 2788-2792, tradução nossa).

Nesse sentido, ao preconizar uma revolução dos costumes e da vida cotidiana, para além da transformação das estruturas econômicas, Kollontai enfatizava a existência de uma dimensão psicológica da opressão das mulheres, muitas décadas antes do surgimento do feminismo radical. Essa dimensão psicológica, segundo ela, seria percebida nas relações entre os sexos. Em seu texto, *A nova mulher e a moral sexual* (2011 [1918]), a socialista indica não concordar com a ideia de que se deveria esperar pela revolução e pelo comunismo para então se criar novas relações entre homens e mulheres. Ela sugere que é possível – e necessário – lidarmos com essa questão no transcorrer da luta de classes:

Como se uma ideologia, seja qual for o seu gênero, não se formasse até que se produzisse a transformação das relações econômico-sociais necessárias para assegurar o domínio da classe que a gerou! A experiência da história ensina que a ideologia de um grupo social e, conseqüentemente, a moral sexual se elaboram durante o próprio processo da luta contra as forças que se lhe opõem. (KOLLONTAI, 2011, p. 61).

Contrariando o que as organizações marxistas defenderam, majoritariamente, até fins do século XX – o adiamento das questões das mulheres para após a revolução do proletariado –, uma das mais importantes revolucionárias bolcheviques, que atuou ativamente na construção da

¹⁷ Alexandra Kollontai (1872-1952) foi uma intelectual e militante revolucionária russa, membro do partido bolchevique.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



primeira nação socialista¹⁸, defendia a dupla militância. Para ela, a classe operária necessitava, para a realização de sua missão social, de mulheres que não fossem escravas (KOLLONTAI, 2011, p. 21). O modelo de mulher e de feminilidade da época – e que ainda hoje sobrevive – implicava na valorização da passividade e da submissão e, conseqüentemente, resultava na formação de mulheres sem personalidade, presas ao matrimônio e ao seio familiar. Ao contrário dessas mulheres, a classe operária precisava “de companheiras com uma individualidade capaz de protestar contra toda servidão, que possam ser consideradas como um membro ativo, em pleno exercício de seus direitos e, conseqüentemente, que sirvam à coletividade e à sua classe” (KOLLONTAI, 2011, p. 21).

Maria Lygia Quartim de Moraes (2000) afirma que Kollontai fazia parte da “bibliografia obrigatória” das feministas marxistas brasileiras na década de 1970, ao lado de autores como Marx, Engels, Beauvoir e Mitchell. Segundo ela, “as preferências literárias das feministas revelam a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia um modelo explicativo” (MORAES, 2000, p. 92). Tais questões incluíam, certamente, a crítica ao papel feminino dentro da família e ao trabalho doméstico, mas também tratava, destacadamente, da desigualdade da mulher no mundo do trabalho. Esse programa do feminismo marxista brasileiro é muito bem ilustrado pela imprensa alternativa. Questões como a diferença salarial entre homens e mulheres, bem como as diversas opressões que as mulheres sofriam na esfera do trabalho assalariado ocupam um grande espaço nas páginas de *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* e indicam um programa feminista extremamente atento à luta específica das mulheres trabalhadoras.

Nesse sentido, uma outra referência muito importante para as feministas dessa imprensa era a socióloga Heleieth Saffioti (2013). Ela defendeu sua tese de livre-docência em 1967, intitulada *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*¹⁹, na qual realizou uma ampla análise marxista das mulheres na sociedade brasileira, buscando entender os mecanismos de exploração no sistema capitalista, bem como a relação estrutural entre capitalismo, patriarcado e

¹⁸ Na pequena biografia de Kollontai, escrita por Graziela Schneider (2017, p. 149): “(...) atuou no Comissariado do Povo para a Assistência Pública, em 1917, e foi a primeira mulher a ocupar um cargo no governo, (...) em 1919, criou, com Inessa Armand, o *Jenotdiél*, Departamento de Mulheres. Participou do conselho editorial da *Kommunistka* [A Comunista], revista do órgão, contribuindo com a conquista das mais avançadas leis de direitos das mulheres da época”.

¹⁹ Sua primeira publicação como livro, no entanto, data de 1969.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



racismo. Ainda que Saffioti não se declarasse feminista até aquele momento²⁰, sua obra tornou-se referência para a teoria e para o movimento feminista no Brasil – até os dias atuais – sendo largamente lida e citada pela imprensa feminista nos anos 1970. A autora, por sua vez, também era uma leitora assídua dessa imprensa e ocasionalmente enviava cartas ao jornal *Brasil Mulher* fazendo comentários sobre as publicações, corrigindo informações e dando suas contribuições. A relação do feminismo brasileiro desse período com a análise marxista de Saffioti é, portanto, revelada pelo delineamento da luta pela emancipação da mulher feito pela imprensa feminista, no contexto da resistência e da luta política.

CONCLUSÃO

Não é possível compreender o processo de construção do feminismo e do movimento feminista aqui no Brasil sem levar em conta dois aspectos principais: o subdesenvolvimento, do ponto de vista do capitalismo global, e o regime militar. O feminismo aqui não poderia ter se desenvolvido como o fez nos países do Norte. A situação urgente da luta contra um regime que destroçava as liberdades democráticas e aprofundava a triste situação socioeconômica do país teve papel central na construção dos novos movimentos sociais nascidos a partir do final dos anos sessenta, em especial o feminista. A vinculação com o marxismo proporcionava uma relação paradoxal: de oferecer um forte aporte teórico para a formulação da luta pela emancipação feminina e, ao mesmo tempo, dificultar o reconhecimento da luta das mulheres como válida, em meio a situações mais urgentes – do ponto de vista do marxismo ortodoxo – como a do proletariado.

Dessa forma, o esforço de boa parte das feministas brasileiras, nos anos 1970, em articular os conceitos e o método de análise marxistas às questões das mulheres – visualizado nas páginas da imprensa alternativa daquela época – está inserido nesse longo e complexo processo de construção de um discurso feminista brasileiro. Discurso esse que fora sintetizado a todo momento de maneira coletiva e teve uma relação ambígua, e muitas vezes conflituosa, com os grupos de esquerda mais ortodoxos.

Se, por um lado, elas argumentavam que era fundamental que as feministas aderissem às “lutas gerais” da sociedade, por democracia e pelo fim da exploração do trabalho, por outro,

²⁰ No prefácio da primeira publicação, de 1969, Saffioti afirma que aquela não era uma obra feminista. “Denuncia, ao contrário, as condições precárias de funcionamento da instituição familiar nas sociedades de classe, em decorrência de uma opressão que, tão-somente do ponto de vista da aparência, atinge apenas a mulher” (SAFIOTTI, 2013, p. 34).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



guardavam um lugar importante e central para tratar das demandas particulares das mulheres. Elas ressaltam, ao longo dos seus editoriais e matérias, que as reivindicações feministas transbordam as gerais, e apontam como as mulheres ocupam uma posição desigual mesmo em relação aos trabalhadores homens.

Dessa maneira, os jornais indicam que parte relevante dos movimentos feministas brasileiros daquela época não separavam uma luta da outra e buscavam convencer a população, sobretudo as classes trabalhadoras, de que a luta pela emancipação da mulher era feita em benefício de todos. Ao mesmo tempo, as feministas responsáveis por essa imprensa defendiam que as mulheres, assim como todos os outros setores explorados, precisavam de uma sociedade mais justa e democrática, em que todos tivessem as mesmas oportunidades e liberdades.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. La articulación del feminismo y el socialismo: el conflicto clase-género. In: AMORÓS, Celia; ÁLVAREZ, Ana de Miguel (Ed.) **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización**: de la ilustración al segundo sexo. Madrid: Minerva Ediciones, vol. 1, 2014, Edição digital (versão kindle).

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 65-70.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CARDOSO, Elizabeth da P. **Imprensa feminista brasileira pós-64**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, pp. 174-190.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, nº 10, 2017, pp. 83-111.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011 [1918-1921].

LEITE, Rosalina Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, 11(1), jan./jun. de 2003, pp. 234-241.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política (Livro I: o processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 89-97.

_____. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v.17, n.32, p.107-121, 2012.

_____. **Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro**: tomo II. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 2017a.

_____. As origens do feminismo marxista (e da Revolução de 1917). **Margem esquerda**. São Paulo, n.28, maio de 2017b, pp. 25-37.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, 26(52), 2006, pp. 249-272.

_____. O feminismo de segunda onda: corpo prazer e trabalho. In: PINSKY, C. e PEDRO, J. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ªed. São Paulo: Contexto, 2013 (versão epub).

PINTO, Céli R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n.3/4, Campinas, 1995/1996, pp. 11-43.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SCHNEIDER, Graziela (org). **A revolução das mulheres**: emancipação feminina na Rússia soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

ZARETSKY, Eli. **O capitalismo, a família e a vida privada**. Lisboa: Iniciativas editoriais, 1976.